Ata da 3ª Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR —16/04/2026 do mês de Março de 2026, às 09h00, em formato híbrido, presencialmente no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro Campos, 5º Andar sala 5B – Centro Cívico – Curitiba/PR, e via web conferência através da plataforma da Google Meet. deu-se início a Reunião Ordinária do mês de dezembro de 2025 do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná — CIAMPRua/PR. **Fizeram-se presentes: Representantes Titulares Governamentais:** Rosane Souza Freitas (titular/SESA), André Luiz Brandão e (SESP), Izabel Maria Gouveia (COHAPAR). **Representantes Suplentes Governamentais:** Elizabeth Massias (SEJU), Renata Himovski (SESP). **Justificativa de Ausência Governamental:** Samanta Krevoruczka (titular/SEDEF), Juventino Antônio de Moura (titular/SEJU). **Representantes Titulares Sociedade Civil:** Vanessa de Souza Lima (Mãos Invisíveis). **Representantes Suplentes Sociedade Civil:** Edneia F. Santos (MNPR). **Justificativa de Ausência Sociedade Civil:** não houve. **Convidados(as) Especialistas/Parceiros/Colaboradores:** André Luiz Diniz (SEJU/COCID) , Laura S. Schaffrath (SEJU/CODH), Maria Amélia Natel (SMDH/Curitiba), Ana Paula Maciel Costa (Mãos Invisiveis), Daniel Alves Pereira (Defensoria Pública do PR), Giovana Kucaniz (Ministério Público do PR), Marlon Cardoso (SMDH/Curitiba). **Justificativa de Ausência:** não houve. **1.Abertura:** A reunião foi aberta com a saudação a todos e todas presentes pela assistente social **Elaine Batista**, integrante da equipe da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados (UTSC), que procedeu com a convocação nominal dos representantes para verificação de quórum. Neste momento, registrou-se a justificativa de ausência do representante titular da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU), tendo o Sr. **Rodrigo Muller do Vale**, Chefe de Coordenação de Cidadania da SEJU, comunicado que sua participação na presente sessão ocorria em atendimento à solicitação direta do titular da referida Secretaria, dado sua ausência. Na sequência, Elaine Batista passou a palavra ao Sr. **Douglas Novelli**, que se apresentou formalmente à plenária como o novo Coordenador da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados (UTSC).**2. Aprovação da Pauta:** Pauta aprovada, com inclusão da

fala do Diretor do Departamento de Políticas Sobre Drogas – Marlon Alves Cardoso. **3. Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2026, realizada em 24/02/2026:** Ata aprovada sem ressalvas. **4. Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 17/03/2026:** Ata aprovada sem ressalvas. **5. Apresentação dos programas e projetos do Departamento de Políticas Sobre Drogas da Secretaria do Desenvolvimento Humano de Curitiba:** A exposição foi realizada pelo Diretor Marlon, fundamentada em material técnico (anexo a esta ata), intitulado "Políticas Municipais para a População em Situação de Rua em Curitiba e sobre Drogas". A fala versou sobre a rede intersetorial de acolhimento, cuidado e reinserção social, com recorte específico no sofrimento psicossocial relacionado ao uso de álcool e outras drogas.O Diretor detalhou a estrutura municipal e a atuação intersetorial, identificando equipamentos e indicadores de resultados. Enfatizou que os serviços são balizados pelas seguintes bases normativas:Âmbito Federal: Constituição Federal; Lei nº 10.216/2001 (Reforma Psiquiátrica); Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas); e Decreto nº 7.053/2009 (Política Nacional para PopRua). Âmbito Ministerial e Municipal: Portaria MS nº 3.088/2011 (Rede de Atenção Psicossocial) e Decreto Municipal nº 2.029/2025. Em sua análise, Marlon contextualizou a situação de rua como um fenômeno global que exige planejamento continuado e respostas complexas. Segundo o Diretor, Curitiba adota uma lógica de "porta de entrada múltipla, cuidado articulado e acompanhamento intersetorial", operacionalizada por meio dos Centros POP e CREAS (Assistência Social), em parceria com os CAPS (Saúde) e o novo serviço municipal BASE – Bem-Estar, Apoio, Solidariedade e Emprego. Este novo equipamento, localizado na Alameda Dr. Muricy, é fruto do reordenamento do antigo serviço "Mesa Solidária Luz dos Pinhais". Foi esclarecido que os serviços realizam atendimento e acolhimento técnico especializado para avaliação de elegibilidade e aptidão para encaminhamentos. Atualmente, estes fluxos direcionam os usuários às Comunidades Terapêuticas (CTs) Acolhedoras, articuladas à rede de saúde mental e socioassistencial. O foco reside na reinserção social pós-alta, através de ações preventivas, como o encaminhamento ao mercado de trabalho, acolhimentos provisórios da FAS ou o **Programa Nova Morada, Nova**

Vida. Este último funciona como um dispositivo de moradia assistida para transição protegida e reorganização da vida cotidiana. Para fins de transparência e detalhamento, o Diretor indicou que o descritivo do programa (modelo de financiamento, metas e resultados) consta nas páginas 13 a 22 do anexo. Já as informações relativas aos impactos e metas das Comunidades Terapêuticas Acolhedoras encontram-se descritas nas páginas 8 a 12 do referido documento. **A Sra. Ednéia (representante suplente do MNPR)** questionou a diretriz da gestão pública em priorizar o investimento em Comunidades Terapêuticas (CTs) Acolhedoras em detrimento de modelos de habitação definitiva, como o Moradia Primeiro (Housing First). Argumentou que este último modelo tem se mostrado internacionalmente mais eficiente para a solução definitiva das vulnerabilidades vivenciadas pela população em situação de rua. Em resposta, o Diretor Marlon elucidou que a opção pelas CTs fundamenta-se na estratégia de enfrentar a dependência química de forma intensiva, considerando que muitos indivíduos se encontram debilitados e necessitam de suporte social e de saúde robustos antes de assumirem as responsabilidades de uma moradia autônoma. Defendeu que este é um caminho viável para a reinserção social pelo trabalho e para a construção da autodeterminação. **O representante da SMDH Diretor de Políticas Sobre Drogas. Sr. Marlon**, esclareceu que as ações da SMDH focam especificamente na população com histórico de dependência química, e que o debate sobre políticas públicas de habitação geral deve ser direcionado à COHAB, gestora da política habitacional do município. No entanto, ressaltou que a Prefeitura, em articulação com a referida Companhia, estuda a implementação de modelos de aluguel social e moradia provisória assistida, citando como exemplo o Programa Nova Morada, Nova Vida. Sobre o Programa Nova Morada, Nova Vida, o Diretor salientou os seguintes pontos - Objetivo: Proporcionar o desenvolvimento de autonomia e autodesignação mediante um ambiente de cuidado assistido, tratamento e reinserção social através de ações socioeducativas, encaminhamentos ao mercado de trabalho, terapia e espiritualização. Parcerias: Destacou a colaboração com a Faculdade Inspirar (estágios de psicologia) e com a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e

Nutricional (SMSAN), que assegura a alimentação dos residentes. Resultados: Mencionou o convênio com o Hotel Santorini e a existência de uma horta comunitária mantida pelos próprios residentes. Apontou indicadores positivos de reinserção de egressos no mercado formal de trabalho e no convívio familiar. Marlon finalizou sua resposta à pergunta de Edneia reiterando a importância de um trabalho social humanizado, planejado e intersetorial para prevenir recaídas, especialmente considerando o período de nove meses de permanência nas CTs, o que exige uma rede de apoio sólida para que o sujeito possa retomar sua vida com condições dignas de trabalho e moradia. Em continuidade as perguntas a Sra. **Vanessa de Souza (representante titular da OSC Mãos Invisíveis)** iniciou sua fala apresentando reflexões críticas acerca dos dados censitários, contrastando o contingente de 4.409 pessoas em situação de rua em Curitiba com a recorrente e equivocada associação direta entre a situação de rua e a dependência química. Alertou para o risco de retrocessos pós-reforma psiquiátrica, citando a tendência de retorno ao internamento compulsório como medida de controle. Em relação às Comunidades Terapêuticas (CTs), fundamentou sua crítica em dados da pesquisa de 2025 realizada pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que identificou violações de direitos (incluindo a prática de laborterapia) em uma amostragem de 205 instituições. Questionou a flexibilização do Governo Federal quanto às CTs, especialmente no que tange à obrigatoriedade de práticas religiosas e de trabalho. A conselheira lamentou a carência de projetos de moradia com suporte e atendimento integral baseados na Redução de Danos, metodologia que considera essencial para acolher a diversidade de vulnerabilidades do público. Enfatizou que temas complexos exigem soluções igualmente complexas. Neste sentido, formulou os seguintes questionamentos à mesa: 1. Quais são as CTs credenciadas que trabalham efetivamente com a perspectiva de Redução de Danos? 2. Qual o status atual do Hotel Social Santorini (que passou por mudança de denominação)? Vanessa destacou o Hotel Santorini como o equipamento mais qualificado dentro da lógica do etapismo que delineia as políticas atuais. Na dimensão da saúde mental, pontuou que o uso de substâncias perpassa diversas

classes sociais, declarando-se usuária de medicamentos lícitos/psiquiátricos para seu próprio tratamento, visando desmistificar o preconceito sobre o tema. Quanto à habitação, defendeu a centralidade do direito à moradia, informando que a OSC Mãos Invisíveis participou da elaboração do primeiro guia de implementação do programa Moradia Primeiro (Housing First) no Brasil. Defendeu que a autonomia da população de rua só é possível mediante condições equânimes de vida e rede de apoio estruturada. Sobre a rede hoteleira, sinalizou ter recebido denúncias de vagas ociosas e possíveis boicotes ao acesso. Apresentou ainda um comparativo orçamentário e técnico: Déficit de Vagas: Apontou que, para um cadastro de mais de 4 mil pessoas no CadÚnico, a Fundação de Ação Social (FAS) dispõe de apenas 474 vagas específicas, sendo somente 40 para mulheres .Análise de Custo-Benefício: Argumentou que o valor investido por meta nas CTs seria suficiente para custear moradias com atendimento técnico especializado, citando como exemplo o êxito no acolhimento de mães e filhos no modelo Moradia Primeiro. Finalizou sua intervenção problematizando a desigualdade social como fator determinante no uso abusivo de drogas. Citou dados da FIOCRUZ (2018) que demonstram que o uso de substâncias como crack e cocaína é numericamente superior entre a população domiciliada em comparação à população de rua, evidenciando que a condição de rua não está intrinsecamente vinculada ao uso de substâncias. Refutou estigmas sobre a violência em conjuntos habitacionais populares, lembrando que crimes como o feminicídio ocorrem em todos os estratos, inclusive em moradias de alto padrão. Concluiu manifestando a expectativa de que Curitiba não adote modelos de gestão higienista observados em cidades como Florianópolis e Chapecó, reiterando o pedido de esclarecimentos sobre as CTs que operam com a metodologia de Redução de Danos. Para melhor organização do tempo, o Coordenador da Unidade Técnica de Suporte aos Conselhos (UTSC), sugeriu que todos os questionamentos da plenária fossem formulados em bloco para posterior resposta unificada pelo Diretor Marlon, proposta que foi aceita por todos os presentes. Dando sequência, a Sra. Ednéia (Representante Suplente do MNPR) fez novo uso da palavra para reiterar e aprofundar os pontos trazidos pela conselheira Vanessa, apresentando as

seguintes denúncias e questionamentos: **Fortalecimento da RAPS vs. CTs:** Questionou a motivação da gestão municipal em priorizar investimentos em Comunidades Terapêuticas em detrimento do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Defendeu o investimento em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Residências Terapêuticas como modelo assistencial de saúde mental universal, apontando o atual estado de sucateamento dos equipamentos CAPS na cidade. **Denúncias em Comunidades Terapêuticas (CTs):** Relatou o recebimento de notícias sobre violações graves, incluindo a prática de trabalho forçado e a retenção indevida de benefícios sociais (Bolsa Família) e de remunerações por trabalho dos acolhidos. **Irregularidades em Hotéis Sociais:** Reportou denúncias de natureza financeira e administrativa, como o uso indevido de CPFs de usuários para a realização de empréstimos. Criticou a infraestrutura (quartos divididos por 2 ou 3 pessoas) e a aplicação de disciplina considerada excessiva e rigorosa, exemplificando com a aplicação de punições coletivas por falhas individuais, como a organização de camas. **Segurança Alimentar e Execução de Serviços:** Denunciou a interrupção no fornecimento de alimentos aos domingos em unidades de acolhimento e manifestou críticas à metodologia do programa Mesa Solidária. **Garantia de Moradia:** Reafirmou a centralidade do direito à habitação, citando o caso do usuário Thiago como exemplo de êxito na autonomia alcançada por meio do programa Moradia Primeiro (Housing First). O Coordenador da UTSC orientou a conselheira Ednéia sobre a necessidade de formalização das denúncias apresentadas, visando o devido encaminhamento aos órgãos competentes para apuração. Na sequência **Giovana (representando o Ministério Público)** após apresentar-se, ressaltou a importância das preocupações trazidas por Vanessa e Ednéia. Informou que o Ministério Público também realizou averiguações em Comunidades Terapêuticas (CTs), nas quais identificou precarização de espaços físicos e de gestão (presença de profissionais sem formação adequada). Pontuou que, embora o foco da SMDH sejam as "Comunidades Terapêuticas Acolhedoras", a metodologia de convivência entre pares acaba por tangenciar questões de saúde, o que gera riscos de intervenções inadequadas. A representante do MP/PR formulou

os seguintes questionamentos: Fluxo Intersetorial: Qual a interface e o fluxo estabelecido com o Consultório na Rua e com os CAPS? Solicitou que tais protocolos sejam enviados ao CIAMP para acompanhamento. Atendimento Feminino: Existe um protocolo específico para o atendimento de mulheres, considerando a preocupação com o afastamento do convívio social? Como a Prefeitura fiscaliza essas unidades? Transparência e Metodologia: Quais CTs executam a metodologia de Redução de Danos? Solicitou a listagem completa de todas as CTs credenciadas para fins de transparência e monitoramento. Em continuidade **Daniel Alves Pereira (representando a Defensoria Pública do Estado - DPE)** reforçou a orientação à conselheira Ednéia sobre a importância do registro formal das denúncias junto à DPE, caso ainda não tenham sido protocoladas. Dada a gravidade dos relatos (trabalho forçado e retenção de benefícios), solicitou o encaminhamento das informações para que se avalie a competência de intervenção (se do MP ou da DPE). **Réplica: Ednéia (MNPR)** A conselheira respondeu que as denúncias mencionadas não são recentes e já foram encaminhadas anteriormente. Informou que buscará contato com os denunciantes para tentar formalizar os relatos novamente. **Respostas de Marlon (Diretoria de Políticas sobre Drogas - SMDH)** O Diretor Marlon iniciou sua fala reconhecendo a relevância e sensibilidade das manifestações. Avaliou que o primeiro passo no enfrentamento da dependência química é o reconhecimento do problema e a aceitação do adoecimento por parte do indivíduo. Do ponto de vista da gestão, afirmou que Curitiba tem buscado situar a política pública entre a identificação do problema, a causa e a solução, reconhecendo a intersecção entre população de rua e dependência de substâncias psicoativas — recorte de atuação específico de sua Diretoria na SMDH. Dando continuidade à sua fala, o Diretor Marlon saudou a trajetória de vida da conselheira Ednéia, celebrando o fato de ela hoje atuar como representante da população de rua, consolidada em sua vida após a experiência de superação. O Diretor ressalvou que, embora não detenha todas as respostas por não ser o gestor direto das pastas de Saúde e Habitação, sua atuação na SMDH foca na garantia de direitos no recorte específico de drogas. Sobre a rede de

atendimento, informou a existência de 13 unidades de CAPS em Curitiba (sendo 3 voltadas ao público infantojuvenil), destacando o caráter humanizado das equipes. No tocante às denúncias em equipamentos da SMDH (hotéis sociais), asseverou que, caso identificadas irregularidades, medidas administrativas serão adotadas, embora sua percepção inicial seja de que conflitos ocorrem majoritariamente entre os conviventes. Encarou com seriedade os relatos de violações e solicitou formalização com informações específicas (nomes, datas e evidências) para viabilizar as apurações. Contextualizou os dados da população de rua, citando que o Brasil possui cerca de 365 mil pessoas nessa condição, com concentrações críticas em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, sendo que o Paraná apresenta números comparativamente menores. Afirmou que a gestão encara o problema de forma conjunta, reconhecendo o trabalho salutar de OSCs como o Mãos Invisíveis. O Diretor, que está há um mês e meio na função, destacou seus 32 anos de carreira como servidor público concursado, com passagens pela Defesa Civil, Inovação, Segurança Pública e Cidadania (PRONASC). Afirmou que essa experiência o qualifica para desenvolver políticas sólidas, declarando-se contrário a medidas populistas ou imediatistas; sua gestão prioriza o sustentáculo técnico e jurídico para que os programas não se esvaim com o tempo. Ressaltou a importância da presença do MP e da DPE como "escudo jurídico", citando como exemplo a construção do edital das CTs, que inibiu a obrigatoriedade de cultos religiosos, respeitando a laicidade, ainda que reconheça a espiritualidade como prática comum em reabilitações no Brasil. Problematizou os efeitos das Substâncias Psicoativas (SPA), pontuando que o uso é mais voraz e devastador em grupos que não possuem "a mesma sorte" de uma vida abastada ou segurança de renda, o que amplia a dificuldade de abstinência e emancipação. Informou que cerca de **20 unidades de CTs** atendem Curitiba, mas reforçou que não há obrigatoriedade de encaminhamento, nem de submissão a trabalhos ou tarefas não escolhidas pelos acolhidos. Garantiu que a fiscalização das unidades credenciadas no edital de 16/04 será rigorosa para cumprir as normativas nacionais. Destacou o papel de **Maria Amélia**, técnica reconhecida pela rede, na triagem cuidadosa dos perfis para

garantir a eficácia do tratamento. Citou como referência internacional o modelo do Reino Unido, especificamente a instituição **Richmond Fellowship (Resendel Berth Ford)**, reconhecida pela produção de evidências científicas em acompanhamento assistido para dependência química, padrão que Curitiba busca atingir. Por fim, anunciou que está estruturando, em diálogo com outras pastas, um programa de "porta de saída" pós-CT, que inclua acolhimento e residência transitória para que o egresso se consolide antes de migrar para uma moradia própria autossustentada via emprego. Embora concorde com Ednéia e Vanessa sobre a centralidade da habitação, Marlon apresentou uma divergência metodológica: defendeu que a entrega deve ser **"total, imediata, ampla e integrada"**, e não escalonada (primeiro a moradia), defendendo que o cidadão é dignitário de direitos que devem ser garantidos simultaneamente. Encerrou colocando o Departamento à disposição para conversas francas e orientações das entidades, reafirmando que o sucesso da gestão é medido pela satisfação do cidadão, e repassou a fala para a Coordenadora do Programa Nova Moradia, Nova Vida, a Sra. Maria Amélia, que prestou esclarecimentos técnicos: **Fiscalização de CTs:** Afirmou que as comunidades credenciadas possuem documentação rigorosa e equipes multidisciplinares, sendo fiscalizadas semanalmente pela SMDH, em conjunto com FAS e SMS. **Gestão do Programa:** Sobre as denúncias de regras punitivas (ex: cama desarrumada), negou a existência de expulsões por esse motivo. Explicou que a equipe orienta e ensina a organização do espaço pessoal como parte da reconstrução da autonomia e do autorrespeito, visto que o local é a residência atual do acolhido. **Suporte Psicológico:** Detalhou que o suporte é realizado por **17 estagiários** (11 de pós-graduação da Faculdade Inspirar e 6 do último período da Faculdade Pequeno Príncipe), realizando média de 70 atendimentos noturnos semanais focados em abstinência e planejamento de futuro. **Caso Thiago Capoeira:** Citou o usuário como um caso de sucesso fruto de esforço pessoal, apesar de sua resistência a regras de organização. Enfatizou que a estrutura é ofertada pela prefeitura, mas a reinserção social exige atitude e vontade do usuário (estimada em 90% do processo). Local de Atendimento: Respondendo à UTSC, informou que os atendimentos psicológicos

ocorrem dentro do hotel, no período noturno. A Sra. Maria Amélia encerrou reiterando o convite para que Ednéia e demais interessados visitem e conheçam o projeto pessoalmente. O Coordenador da Unidade Técnica de Suporte aos Colegiados (UTSC) sugeriu o avanço da pauta para o ponto referente à eleição do CIAMP, devido à ausência de inscrições até o momento, propondo o remanejamento dos itens 6 e 7 para uma reunião extraordinária. A plenária manifestou concordância com a proposta. A Sra. **Giovana (Ministério Público)** manifestou preocupação específica com o item 7 da pauta, solicitando o envio do ofício a que o ponto se refere. O Coordenador da UTSC confirmou a possibilidade de encaminhamento do documento. Na sequência, a representante do MP/PR reiterou os seguintes questionamentos: Protocolos e Fluxos: Quais são os fluxos de integração do Programa Nova Morada, Nova Vida com o Consultório na Rua e os CAPS? Atendimento Feminino: Existe protocolo específico para o atendimento de mulheres no referido programa? Transparência nas CTs: Quais são as Comunidades Terapêuticas (CTs) conveniadas ao programa e quais delas adotam a metodologia de Redução de Danos, conforme indagado anteriormente pela conselheira Vanessa? Em relação a tais perguntas, a Sra. **Maria Amélia (SMDH)** prestou as seguintes informações: Atendimento e Credenciamento: Esclareceu que o Programa Nova Morada, Nova Vida e a rede de CTs credenciadas via Governo do Estado contemplam o atendimento ao público feminino. Informou que existem atualmente 10 CTs que atendem Curitiba por este credenciamento, comprometendo-se a enviar a relação nominal destas unidades por e-mail. Quanto à metodologia de Redução de Danos, afirmou acreditar que mais de quatro unidades operem nessa perspectiva, mas que enviará a confirmação técnica oficial posteriormente. Fluxo no Centro Integrado: Detalhou que o fluxo de atendimento no Centro Integrado apresenta resultados positivos pela concentração de serviços no mesmo espaço físico. Explicou que o usuário passa por avaliação e, imediatamente, é encaminhado ao Consultório na Rua (sala adjacente), onde recebe atendimento médico e realiza testes rápidos. Caso o perfil não seja para CT, o encaminhamento para o CAPS é imediato, respeitando-se os casos em que o usuário recusa o uso de medicação

(substituição da substância ilícita pela lícita). Simultaneamente, o usuário já passa pela avaliação da FAS, o que agiliza o processo e garante conforto ao atendido. Interface com o CAPS: Ressaltou que a relação com os CAPS é de mútua colaboração: o CAPS encaminha pacientes em tratamento para o Nova Morada, Nova Vida, e o programa, assessorado por sua equipe de psicólogos, solicita vagas de acolhimento prioritário junto ao CAPS sempre que identificada a necessidade clínica do usuário. **Item 6. Eleição CIAMP (Triênio 2026/2029)** A assistente social da UTSC, Elaine Batista, apresentou um informe sobre o processo eleitoral para a seleção das novas representações do Comitê para o triênio 2026/2029. Ressaltou com preocupação a ausência de inscrições de entidades até o presente momento, alertando que a Comissão Eleitoral avalia que qualquer ampliação de prazo impactará e exigirá a alteração de todo o cronograma já estabelecido no edital. Diante do cenário, foi feito um apelo formal aos presentes para que haja uma mobilização e engajamento da sociedade civil visando garantir a representatividade no próximo mandato. **Encerramento e proposições finais:** Para o encerramento da sessão, o Pleno deliberou pela realização de uma **Reunião Extraordinária**, com o objetivo de tratar dos pontos remanescentes (itens 6 e 7 da pauta original). Ficou definido que o encontro ocorrerá no dia **28 de abril de 2026, às 14h, em formato virtual (on-line)**. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Esta ata foi lavrada por Elaine Aparecida Batista e revisada por Douglas Henrique Novelli.